

Anex

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A necessidade de cumprir a Constituição

WALDIR PIRES

A promulgação da nova Constituição abre caminho para a construção da democracia no Brasil. A carta autoritária morreu afinal.

A Constituição não dita soluções para os graves problemas da vida nacional. Consagra o modo —democrático— de se chegar a soluções inspiradas na vontade do povo e voltadas para atender às suas necessidades.

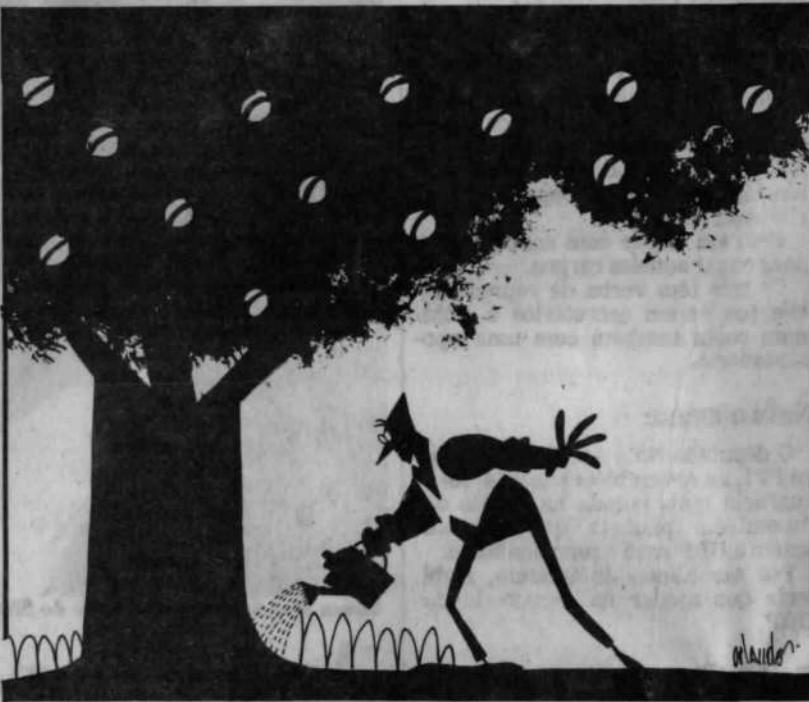
O valor e a eficácia da Constituição decorrerá de sua prática, de sua efetiva aplicação. Não basta conhecê-la. Temos de viver a Constituição, para que se produzam os resultados visados.

O caráter democrático —representativo e participativo— da nova Constituição inquieta e movimenta forças retrógradas que até chegam, inconformadas, a pregar contra a possibilidade aberta, pela Constituição, de se praticar o regime democrático no Brasil. Mas nenhuma Constituição, no mundo, em tempo algum, foi promulgada como obra perfeita.

Se a Assembleia Nacional Constituinte contrariou anseios e aspirações populares no trato de questões relevantes como a reforma agrária e o alongamento do mandato presidencial, de outro lado absorve a pressão dausociedade no estabelecimento de normas de respeito aos direitos individuais e da afirmação de direitos sociais de amplo alcance.

A significação política desses direitos pode ser medida, antes mesmo de sua efetividade, pela reação das forças empenhadas em manter o Brasil submetido na camisa-de-força do autoritarismo, e do atraso político e social.

Um texto constitucional não é uma obra pronta e acabada. É antes, um roteiro, a se aperfeiçoar, para a



convivência social, um modelo para a organização das instituições sociais, um guia para o exercício do poder político. Os conflitos sociais não se acabam com a nova Constituição. A crise de governabilidade também não. A Constituição não tem o condão de melhorar, a curto prazo, a situação afeitiva do povo.

Cumpre-se, porém, através da nova Constituição, uma etapa imprescindível da luta, de ontem, de hoje, e de

amanhã para a construção da democracia no Brasil.

Se antes lutávamos para abolir a Constituição opressiva da ditadura, agora cabe-nos lutar para por em prática o novo texto constitucional, que, embora insatisfatório em alguns pontos, traz avanço considerável à história de nosso país.

Há, infelizmente, já, os que começam a reagir para que não se realize a transição do autoritarismo para a

democracia. Não querem a Constituição seja aplicada e lhe prevêem vida muito curta. Recusam-se a aceitar o caráter de auto-aplicação de direitos individuais e sociais. Reagem contra o equilíbrio entre os poderes, com o fortalecimento das responsabilidades do Legislativo. Rebelam-se contra a descentralização de recursos tributários através, inclusive, de desastradas operações de desmonte administrativo e o corte impiedoso de programas sociais das populações carentes. Repelem as formas de participação popular nas decisões do governo. Teimam em não aceitar qualquer grau de proteção ao interesse nacional dentro da economia brasileira, com a propaganda mentirosa de que a Constituição é xenófoba e estatizante.

A Constituição não determina a passagem imediata para o regime democrático. A realidade política social vai mudar, radicalmente, a curto prazo. Mas, ela é o passo inicial, indispensável, da mudança, que se aprofundará pela sua aplicação, observância e aperfeiçoamento.

A luta pela transição continua até que o Brasil eleja um governo legitimado e sintonizado com as aspirações populares, e que seja capaz de ser fiel e aplicar lealmente a Constituição, na expressão de uma decidida vontade política para realizar a vocação do povo brasileiro, de viver num país democrático, desenvolvido e moderno.

Cumprir a Constituição deve ser a palavra de ordem de todos os brasileiros.

WALDIR PIRES, 61, é o governador do Estado do Rio Grande do Sul (PMDB). Foi ministro da Previdência e Assistência Social no governo Sarney.